



O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO SOBRE TERRAS INDÍGENAS NO BIOMA AMAZÔNIA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

João Bosco de Azevedo ¹
Letícia de Carvalho Giannella ²

RESUMO

O agronegócio vem sendo um ator central para a incorporação da terra ao capital, renovando o processo de acumulação primitiva. Trata-se da conversão da terra em ativo financeiro, processo que se vinculada à chamada acumulação por espoliação. A busca por terras orientada pelo capital resulta na constituição de territórios de cultivo agrícola e criação de rebanho. Essa territorialização se sobrepõe ou pressiona outros territórios como aqueles que o próprio poder público instituiu para que os povos e comunidades tradicionais exercem seus meios de vida (como, no caso dos povos indígenas, as Terras Indígenas). O objetivo deste trabalho, recorte de uma pesquisa mais ampla, é apresentar uma proposta metodológica voltada para a classificação e seleção de territórios sobre os quais torna-se necessário direcionar um olhar mais atento sobre as pressões do avanço do agronegócio sobre Terras Indígenas, apontando para conflitos territoriais tanto já identificáveis quanto potenciais. A primeira análise geoespacial focou nos municípios dos estados que compõem o Bioma Amazônico, quanto ao percentual de uso da terra pela agricultura, silvicultura e pastagem o que originou o segundo nível de análise, focada nos municípios do Pará e, posteriormente, a terceira análise na Terra Indígena de Kayaki. Concluiu-se que a utilização de dados geoespaciais e a potencialidade das análises geoespaciais são fundamentais para entender e caracterizar os conflitos territoriais gerados pelos processos de ocupação/privatização da terra e a eficiência ou não das ações de resistência na preservação da biodiversidade e do manejo sustentável dos seus recursos naturais em Terras Indígenas.

Palavras-chave: Agronegócio, áreas Protegidas, Cobertura e Uso da Terra, Acumulação por Espoliação.

ABSTRACT

Agribusiness has been a central actor in the incorporation of land into capital, renewing the process of primitive accumulation. This involves the conversion of land into a financial asset, a process linked to the so-called accumulation by spoliation. The capital-driven search for land results in the creation of territories for agricultural cultivation and livestock farming. This territorialization overlaps or puts pressure on other territories such as those that the public authorities themselves have established for traditional peoples and communities to exercise their livelihoods (such as, in the case of indigenous peoples, Indigenous Lands). The objective of this work, part of a broader research, is to present a methodological proposal focused on the classification and selection of territories on which it is necessary to direct a closer look at the pressures of the advance of agribusiness on Indigenous Lands, pointing to territorial conflicts, both already identifiable and potential. The first geospatial analysis focused on the municipalities of the states that make up the Amazon Biome, regarding the percentage of land use for agriculture, forestry and pasture, which gave rise to the second level of analysis, focused on the municipalities of Pará and, subsequently, the third analysis in Kayaki Indigenous Land. It was concluded that the use of geospatial data and the potential of geospatial analyzes are

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduando do Curso de Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE e Professor Assistente do Departamento de Engenharia Cartográfica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), joao.azevedo@ibge.gov.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, leticia.giannella@ibge.gov.br

fundamental to understanding and characterizing territorial conflicts generated by land occupation/privatization processes and the efficiency or otherwise of resistance actions in preserving biodiversity and sustainable management of its natural resources in Indigenous Lands.

Keywords: Agribusiness, Protected areas, Land Cover and Use, Accumulation through Spoliation.

INTRODUÇÃO

Com o progressivo avanço do capital e o conseqüente processo histórico de conversão das diferentes formas de propriedade da terra para, exclusivamente, a propriedade privada – caracterizado, na sua forma mais clássica, como o processo de acumulação primitiva (MARX, 1998), os camponeses e, no caso brasileiro, os chamados povos e comunidades tradicionais perdem o acesso à terra e, portanto, se veem impedidos de reproduzir suas próprias formas de produção e uso dela. Esse processo força a implementação do fracionamento da terra e sua mercantilização, de modo a garantir direitos exclusivos sobre tudo o que existe sobre (cobertura vegetal) e sob (solo) essa terra (propriedade privada).

O agronegócio, nas últimas décadas, vem sendo um ator central para a incorporação da terra ao capital, renovando o processo de acumulação primitiva, que se apresenta sob novas bases. Trata-se da corrida por terras e sua conversão em ativo financeiro, no contexto do capitalismo neoliberal, processo que se vincula à chamada acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). Essa dinâmica, somada, nos países de capitalismo dependente como o Brasil, à exploração da força de trabalho, imprime-se no território como estratégia para garantir a acumulação exponencial do capital. Como resultado, tem-se o esgotamento dos trabalhadores, de um lado, e dos ecossistemas, de outro lado.

A busca por terras orientada pelo capital resulta na constituição de territórios de cultivo agrícola (monocultivos), criação de rebanho ou produção primária de energia. Essa territorialização se sobrepõe ou pressiona outros territórios como aqueles que o próprio poder público instituiu como espaços de preservação e conservação ambiental (Unidades de Conservação) ou territórios onde povos e comunidades tradicionais exercem seus meios de vida (como, no caso dos povos indígenas, as Terras Indígenas (TI) demarcadas e homologadas pelo Estado), conforme apresentado por Little (2002, p. 13).

Para que o capital se aproprie de novos espaços há, conforme mencionado por Haesbaert (2011), uma desterritorialização de povos e comunidades tradicionais, provocando conflitos territoriais. Tais processos podem ocasionar perdas, em especial para as populações pobres e rurais, dos seus modos de produção na terra, tendo como justificativa a suposta

escassez de recursos e a necessidade de alimentar ou gerar energia para todo o País. Scoones (2021, p. 77) apresenta o seguinte questionamento, “Mas quais recursos são escassos, e para quem? E quais são as consequências políticas dessa escassez, desde o nível global até o local?”. O autor ainda avalia que as limitações de recursos são usadas para justificar aquisições de terra, água ou biodiversidade.

Nesse contexto, este trabalho apresenta-se como um recorte de uma pesquisa mais ampla que tem como objetivo geral identificar os atuais e potenciais conflitos territoriais envolvendo Terras Indígenas e a incorporação, pelo agronegócio, da terra ao capital, na Bioma Amazônico.

O objetivo deste trabalho em particular é apresentar uma proposta metodológica voltada para a classificação e seleção de territórios sobre os quais torna-se necessário direcionar um olhar mais atento ao serem identificadas pressões do avanço do agronegócio sobre Terras Indígenas, apontando para conflitos territoriais tanto já identificáveis no tempo presente quanto potenciais, por meio das representações cartográficas da cobertura e uso da terra no período entre 2000 e 2020.

METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho se apoiará no método de interpretação baseado no materialismo histórico e dialético de Marx, que visa o conhecimento sobre a estrutura e as dinâmicas reais do objeto de estudo, pois “é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador.” (NETTO, 2011), sendo os procedimentos independentes dos desejos, aspirações e representações do pesquisador, o que reforça “o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo” (NETTO, 2009).

O ponto de partida para reproduzir o movimento real do objeto de estudo será a sua aparência imediata, pela consideração do agronegócio como um setor de extrema importância na economia brasileira, em especial por ser o Brasil o quarto maior produtor, o segundo maior exportador (em toneladas) e o país que mais exportou (em dólares) grãos em 2020, conforme o estudo elaborado pela Secretária de Inteligência e Relações Estratégicas (SIRE) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2021). Essa aparência imediata será retratada pela espacialização dos dados de uso da terra (Agricultura, Floresta Plantada e Pastagem)³ dos municípios no Bioma Amazônico, obtidos pela coleção 7 do Projeto

³ Termos usados pelo MapBiomas

MapBiomias, que mapeia, anualmente, a cobertura e uso da terra em 27 classes, com resolução espacial de 30 m e amplitude de 37 anos (1985 a 2021).

Sabe-se que os mapas são, na verdade, um modelo que busca se aproximar da realidade, mas nunca a alcança, sendo assim, as análises das bases de dados sugeridas não possibilitarão o conhecimento da essência do objeto de pesquisa. Konder (2008, p. 36) afirma que a “realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela”, mas não descarta as sínteses produzidas pelo modelo utilizado para entender melhor uma realidade, sendo assim ele afirma que “a síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade.” (KONDER, 2008, p. 36)

“Para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana em geral, é um processo de totalização que nunca alcança uma etapa definida e acabada.” (KONDER, 2008, p. 35). Neste trabalho, a visão do conjunto será o processo de uso da terra pelo agronegócio, não sendo possível, neste momento, estabelecer o nível de totalidade necessário para discutir dialeticamente o objeto da pesquisa. Logo, nosso recorte será definido pela escala do conjunto de dados inicialmente disponíveis.

As TIs se caracterizam como uma das principais defesas para a preservação da biodiversidade, o manejo sustentável dos recursos naturais e a preservação do habitat e da sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. A proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas, no Brasil, é missão da FUNAI que, para isso, desenvolve estudos direcionados para identificação, delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionais ocupadas por povos indígenas (FUNAI, 2020).

O pensamento da classe dominante, que apoiou a expansão do agronegócio em terras de populações tradicionais, tem como objetivo frear as ações que os povos indígenas vêm desenvolvendo em conjunto com o poder público desde, principalmente, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

As demarcações das Terras Indígenas, estratégia territorial de mediação e defesa das suas terras, conforme apresentado por Little (2002, p. 13), são uma conquista dessa população tradicional (contradição) frente ao olhar do capital para a terra (totalidade) e demonstra sua eficiência na contenção da antropização e reforçam seu papel como um dos modos de uso sustentado da biodiversidade (mediação).



A identificação da essência do objeto da pesquisa, os conflitos territoriais, será realizada através do método de investigação representado cartográfica dos dados de cobertura e uso da terra produzidos pelo MapBiomas (coleção 7)⁴ e as bases geospaciais dos limites dos estados⁵, dos municípios⁶ e dos Biomas Brasileiros⁷, ambas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e das Terras Indígenas,⁸ produzidas pela FUNAI.

O recorte temporal foi definido no período entre 2000 e 2020, pois abrange os cinco últimos Programas Plurianuais (PPA) já finalizados, e o recorte geográfico o Bioma Amazônico. Para a produção dos mapas foram incorporados os valores calculados dos percentuais do uso da terra pela Agricultura, Floresta Plantada e Pastagem para todos os municípios que compõem os estados selecionados, bem como a taxa de crescimento do uso da terra entre 2000 e 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a escolha do recorte territorial de estudo, utilizando a interpretação e mapas temáticos do Bioma Amazônico, foram analisadas as representações cartográficas da cobertura e uso da terra e das terras Indígenas de todos os municípios que compõem o Bioma Amazônico, definindo um estado com características que suscitem a possibilidade de conflitos territoriais referentes ao tema do estudo. Posteriormente analisou-se as representações cartográficas da cobertura e uso da terra e das Terras Indígenas dos municípios que compõem o estado escolhido.

A primeira análise focou na identificação dos estados com maior dinâmica no uso da terra nos municípios do Bioma Amazônico. Os mapas das figuras 1, 2 e 3 apresentam os mapas do Bioma Amazônico com os percentuais de uso da terra, em 2020, nas classes de Agricultura, Pastagem e Silvicultura, respectivamente.

⁴ <https://brasil.mapbiomas.org/download>

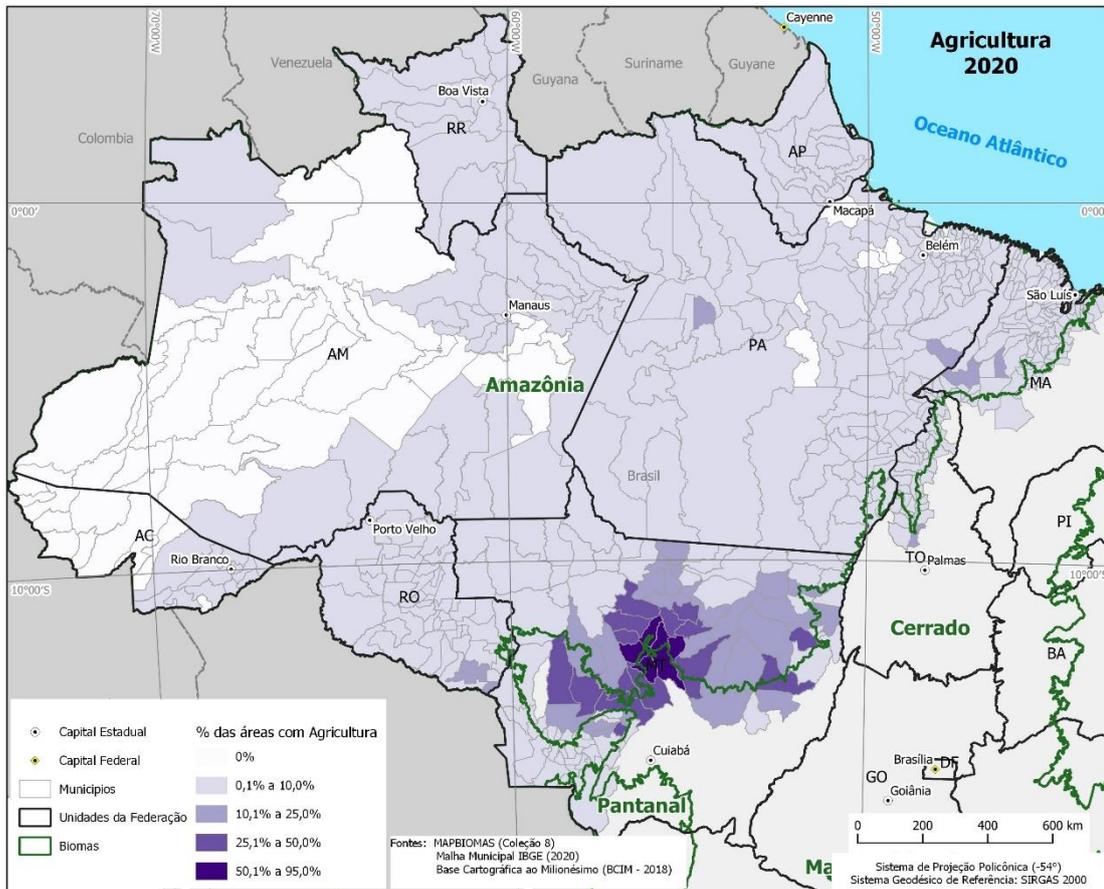
⁵ <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html>

⁶ <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html>

⁷ <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15842-biomas.html>

⁸ <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>

Figura 1. Mapa do % da área utilizada pela agricultura nos municípios do Bioma Amazônico em 2020



Fontes: MapBiomas (Coleção 7); Malha Municipal IBGE (2020); e Base Cartográfica ao milionésimo (BCIM – 2018)

Analisando o mapa da figura 1, os municípios, cuja área utilizada pela agricultura ultrapassa 50% das terras do seu território, encontram-se no estado do Mato Grosso e no limite entre o Bioma Amazônico e o Bioma Cerrado, em especial os municípios de Lucas do Rio Verde (66,4%), Sorriso (64,7%), Ipiranga do Norte (62,8%), Vera (55,8%) e Tapurah (50,2%).

O mapa da Figura 2 caracteriza uma classe de uso mais dominante no Bioma, a pastagem, é reconhecido que a pastagem é o primeiro uso da terra após a supressão da cobertura natural. Analisando as tabelas geradas pela coleção 7 do MapBiomas⁹ A agricultura suprimiu 1,5% da área de floresta do Bioma Amazônico de 1985¹⁰ a 2022, enquanto a pastagem suprimiu 12,7% no mesmo período, além disso 9,6% da área de pastagem migrou

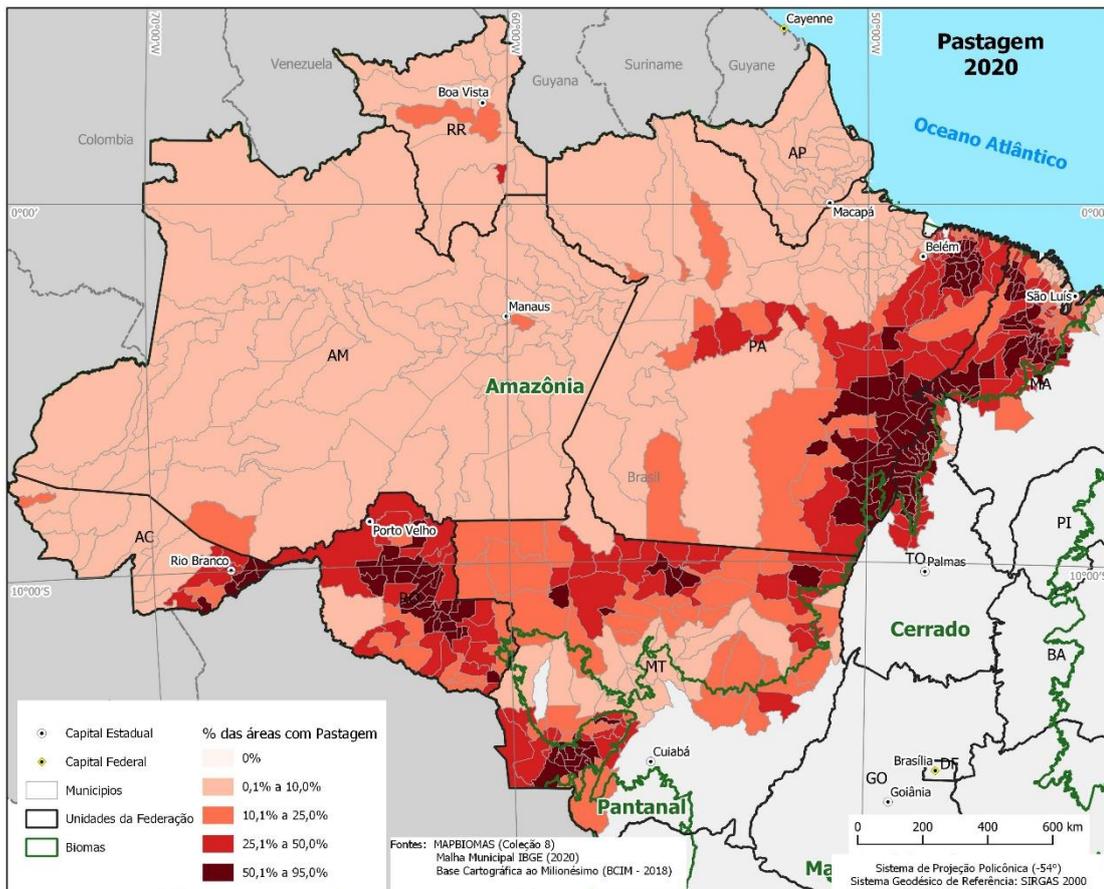
⁹ <https://brasil.mapbiomas.org/estatisticas/>

¹⁰ Ano de início do mapeamento da cobertura e uso da terra pelo MapBioma



para agricultura. O estado de Rondônia se destaca com 69% dos seus municípios com uma cobertura maior que 25% das suas terras ocupadas pela pastagem em 2020. No estado do Pará os municípios com mais de 50% do seu território ocupado pela pastagem encontram-se na fronteira com o Bioma Cerrado.

Figura 2 Mapa do % da área utilizada pela pastagem nos municípios do Bioma Amazônico em 2020

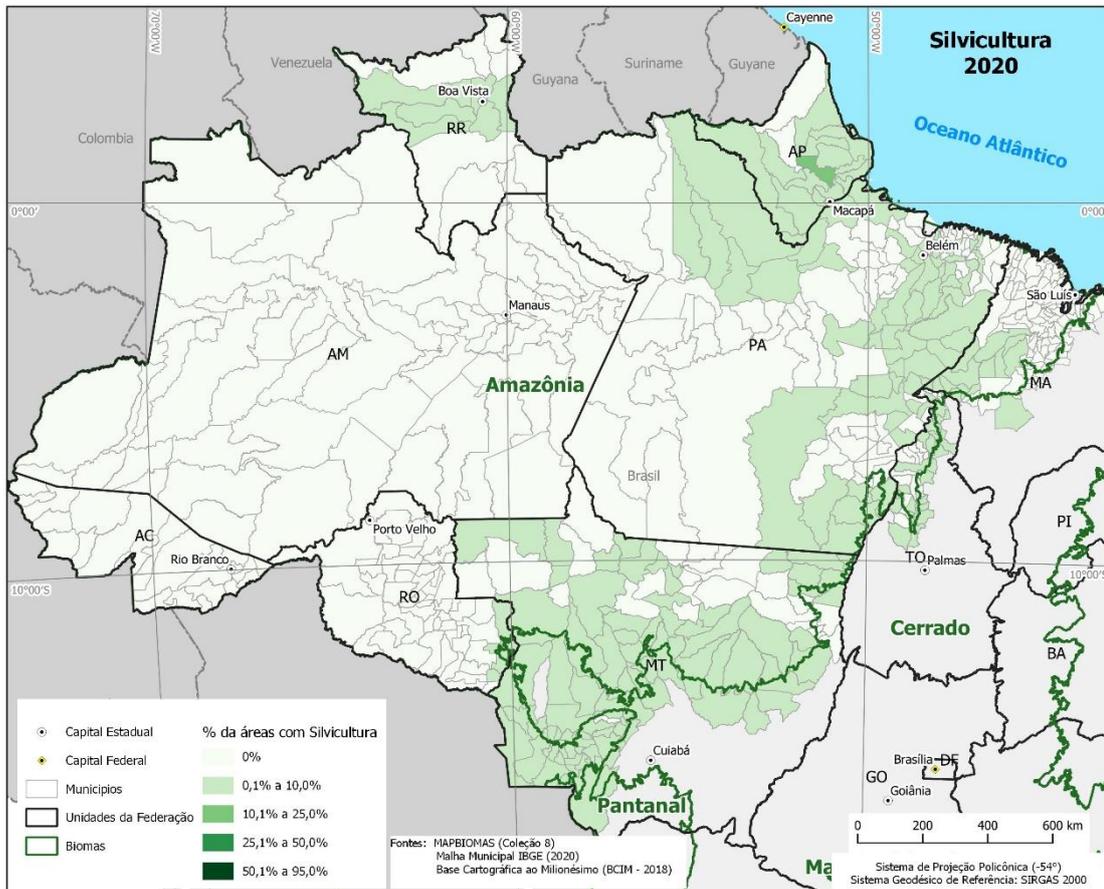


Fontes: MapBiomas (Coleção 7); Malha Municipal IBGE (2020); e Base Cartográfica ao milionésimo (BCIM – 2018)

26 (vinte e seis) municípios do Bioma Amazônico têm mais de 80% dos seus territórios ocupados pela pastagem, com destaque para: Olho d'Água das Cunhãs (MA), Eldorado do Carajás (PA), Figueirópolis d'Oeste (MT), Bom Lugar (MA) e Teixeiraópolis (RO) com respectivamente 91,0%, 88,4%, 87,8%, 87,4% e 86,2%.

A silvicultura tem um papel menor entre os 3 (três) usos da terra analisados, o maior percentual de terra ocupada está no município de Ferreira Gomes (AP) com 10,4% em 2020 (FIGURA 3).

Figura 3. Mapa do % da área utilizada pela silvicultura nos municípios do Bioma Amazônico em 2020



Fontes: MapBiomass (Coleção 7); Malha Municipal IBGE (2020); e Base Cartográfica ao milionésimo (BCIM - 2018)

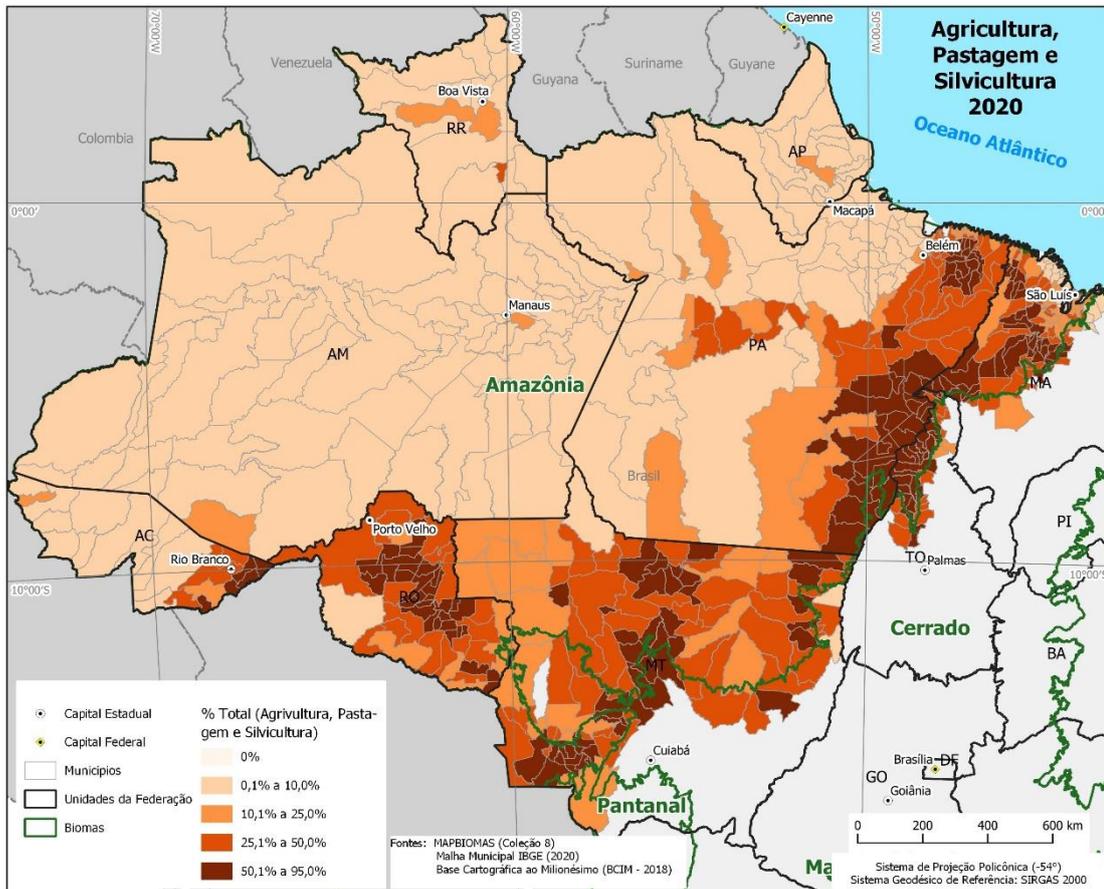
É necessário analisar os percentuais do total das terras dos municípios utilizadas pela agricultura, pastagem e silvicultura. Destaca-se os estados do Mato Grosso, Maranhão, Pará e Rondônia, em especial os municípios da região denominada de Arco do Desmatamento (FIGURA 4).

Por fim, analisou-se a distribuição espacial das Áreas de Proteção, conforme mapa da Figura 5, e valores absolutos dos quantitativos de TIs por estado¹¹, na Tabela 1. O Bioma Amazônico em 286 Terras Indígenas.

O estado do Amazonas destaca-se por ter 134 Terras Indígenas contidas totalmente no seu território e mais 6 ocupando parcialmente, em seguida tem-se o estado do Pará com 46 Terras Indígenas totalmente no seu território e 7 parcialmente.

¹¹ Não foi considerado o % de terra utilizado pelas Terras Indígenas

Figura 4. Mapa do % da área utilizada pela agricultura, pastagem e silvicultura nos municípios do Bioma Amazônico em 2020



Fontes: MapBiomas (Coleção 7); Malha Municipal IBGE (2020); e Base Cartográfica ao milionésimo (BCIM – 2018)

Analisando em conjunto os dados do uso da terra com a distribuição espacial das Terras Indígenas, temos o estado do Mato Grosso e Maranhão e Tocantins (considerando apenas as áreas contidas no Bioma Amazônico) com altos percentuais de terra utilizadas para o agronegócio, porém com baixos quantitativos de Terras Indígenas em comparação com os estados do Amazonas e do Pará.

Tabela 1 – Quantitativa de Áreas Protegidas no Bioma Amazônico |
continua

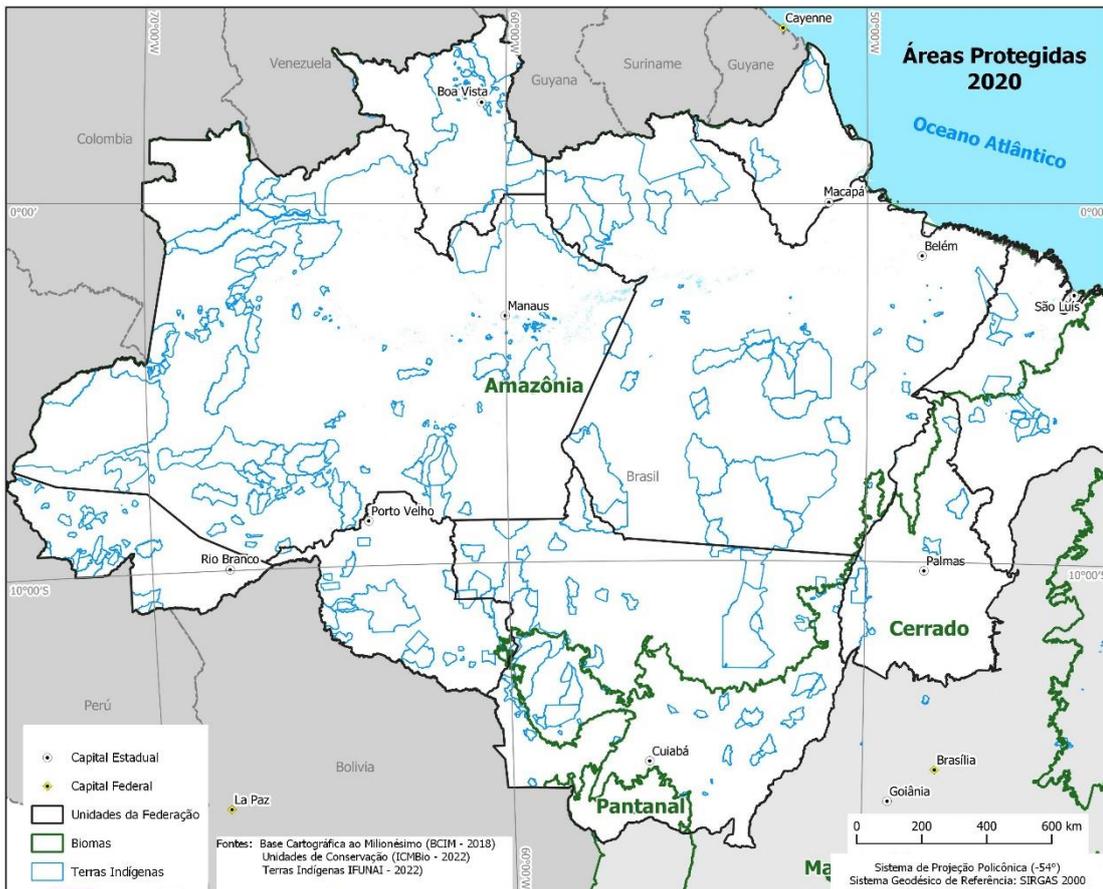
Unidades da Federação	Terras Indígenas
AM	134
PA	46
RR	25
AC	22
MT	22
RO	16
MA	4
AP	4



MT/PA	4	conclui
AM/PA	2	
MT/RO	2	
AM/RR	1	
AM/RO	1	
TO	1	
AM/AC	1	
conclui		
AM/PA/RR	1	
Total	286	

Fontes: Malha Municipal IBGE (2020) e Terras Indígenas (FUNAI – 2022)

Figura 5. Mapa das Terras Indígenas no Bioma Amazônico em 2020



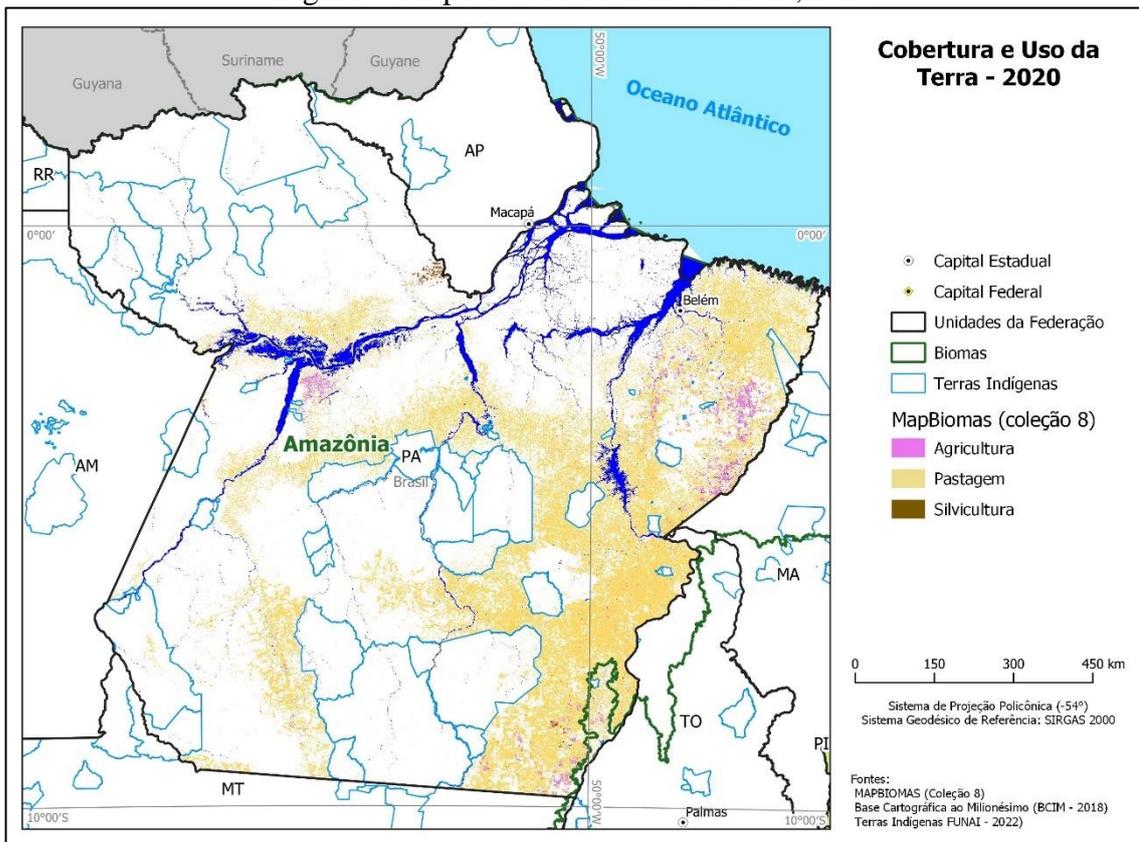
Fontes: Malha Municipal IBGE (2020); Base Cartográfica ao milionésimo (BCIM – 2018) e Terras Indígenas (FUNAI – 2022)

Neste sentido o Estado do Pará não está, na totalidade dos seus municípios com significativos percentuais de uso da terra para o agronegócio, porém há uma concentração de municípios com percentual acima de 50% das terras utilizadas pelo agronegócio (FIGURA 4)



na região sudeste. Quando se representa o mapeamento do MapBiomias pelas 3 (três) classes (Agricultura, Pastagem e Silvicultura) tem-se uma melhor compreensão do processo de uso da terra (FIGURA 6). É nítido que a região abaixo do Rio Amazonas tem um processo de antropização maior que na parte norte, porém esse processo não ocorre com a mesma intensidade nas Terras Indígenas

Figura 6. Mapa do Uso da Terra do Pará, 2020

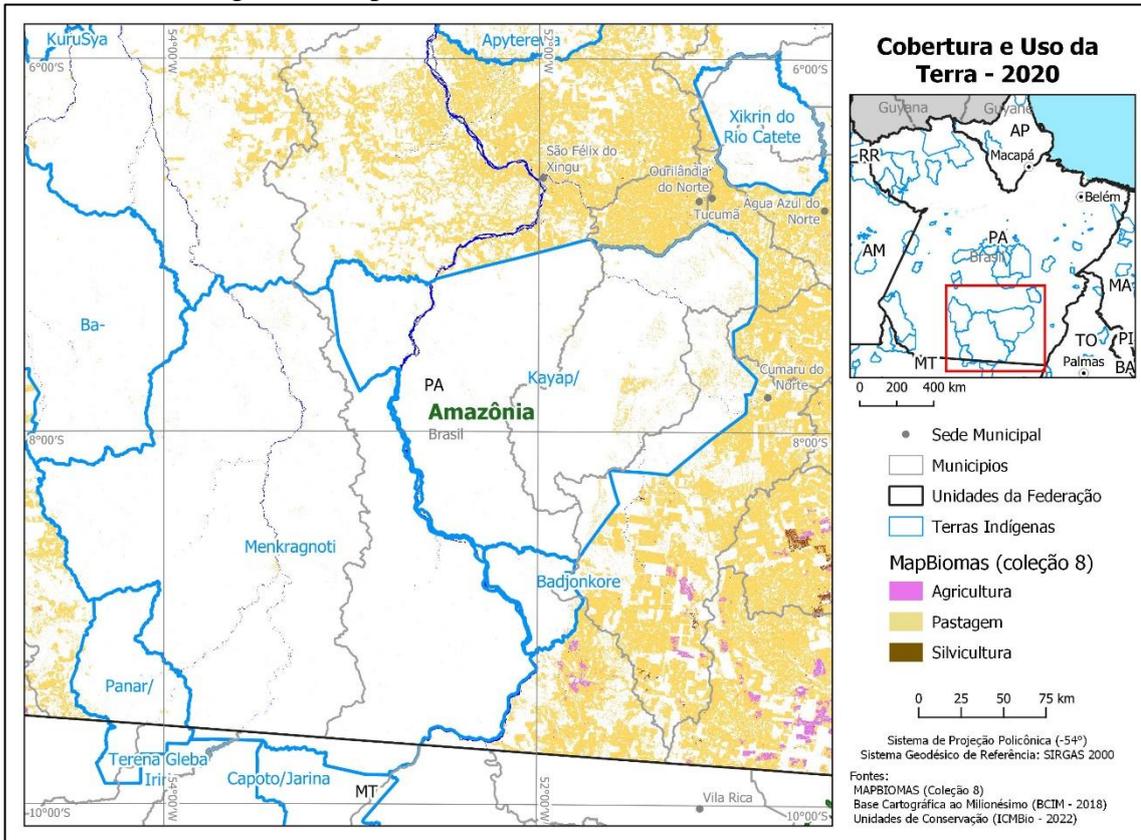


Fontes: MapBiomias (Coleção 7); Malha Municipal IBGE (2020); Base Cartográfica ao milionésimo (BCIM – 2018) e Terras Indígenas (FUNAI – 2022)

A caracterização dos conflitos territoriais, utilizando mapas, é de fundamental importância para entender os processos de ocupação/privatização da terra pelo olhar do capital e a eficiência ou não das ações de resistência. Ficou evidente que as demarcações das Terras Indígenas são uma ação garantidora, não só da preservação do habitat e da sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, mas da preservação da biodiversidade e do manejo sustentável dos seus recursos naturais.



Figura 7. Mapa do Uso da Terra do sudeste do Pará, 2020



Fontes: MapBiomas (Coleção 7); Malha Municipal IBGE (2020); Base Cartográfica ao milionésimo (BCIM – 2018) e Terras Indígenas (FUNAI – 2022)

Os resultados direcionam os estudos para a região do sudeste do Para que compreende as Terras Indígenas: Badjonkore, Kayapó, Menkragnoti, Panasró e Xikrin do Rio Catete (FIGURA 7)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização dos conflitos territoriais, utilizando mapas, é de fundamental importância para entender os processos de ocupação/privatização da terra pelo olhar do agronegócio, através da representação cartográfica do uso da terra pela agricultura, pastagem e silvicultura e a eficiência ou não das ações de resistência das populações indígenas através das áreas demarcadas como Terras Indígenas.

Os mapas possibilitam a leitura, interpretações e análises dessas multiterritorialidades ao longo do Bioma Amazônico, possibilitando a definição de recortes geográficos mais suscetíveis aos conflitos territoriais entre o agronegócio e as populações indígenas.

Neste artigo ficou evidente que as demarcações das Terras Indígenas é uma ação garantidora, não só da preservação do habitat e da sobrevivência física e cultural dos povos



indígenas, da preservação da biodiversidade e do manejo sustentável dos seus recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

EMBRAPA. **O Agro no Brasil e no Mundo: Uma Síntese dos Período de 2000 a 2020.**

FUNAI. Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Brasília, 2020. Disponível em:
<www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>. Acesso em: 2023.

HAESBAERT, Rogério. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da des-territorialização contemporânea. In: JESUS, Esuardo de **Arte e novas espacialidades: relações contemporâneas.** Rio de Janeiro: F10, v. 10, 2011.

HARVEY, David. O "novo" imperialismo: acumulação pro espoliação. **Socialist register**, v. 40, n.1, 2004. 95-126.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 28°. ed.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.**

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Reginaldo SANT'ANNA.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método da Teoria Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais,** Brasília, 2009. 668-700.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** 1°. ed.

SCOONES, Ian. **Meios de vida sustentável e desenvolvimento rural.** Tradução de Regina Beatriz VARGAS.